

Acordo vai eliminar figura do 'marajá'

BRASÍLIA — Um acordo entre as lideranças partidárias da Constituinte, fechado na manhã de ontem, deverá eliminar definitivamente a figura do "marajá".

Pelo texto aprovado nas negociações, vencimentos, vantagens e adicionais — inclusive na aposentadoria — pagos pelo Poder Público em desacordo com a Constituição serão reduzidos aos limites permitidos imediatamente após a promulgação da nova Carta, não se admitindo a invocação de direito adquirido. Entre outros temas polêmicos ainda não definidos, destaca-se a estabilidade para o funcionalismo público. Os entendimentos continuarão segunda-feira, mas somente terça-feira a matéria poderá ser votada.

Pelo texto do Centrão, seria admitida a invocação do direito adquirido pelos "marajás". O acordo foi fechado, entretanto, sem resistência dos representantes do grupo — José Bonifácio (PDS-MG), José Lins (PFL-CE) e Luís Roberto Ponte (PMDB-RS). Também ficou acertado o artigo que define a concessão de pensão equivalente ao soldo de Segundo-Tenente para os ex-combatentes que participaram de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, inclusive na costa brasileira. A maioria deles já tem o benefício, mas com pensões diferenciadas. Os ex-combatentes terão de optar entre a pensão e

qualquer outro rendimento que tiverem.

Ficou ainda acertada a concessão de uma pensão de dois salários mínimos para os "soldados da borracha", que trabalharam como voluntários nos seringais durante a Segunda Guerra. Pelo texto do Centrão, a pensão seria de três salários mínimos. Uma boa parte da reunião foi gasta em discussões sobre o direito que as filhas solteiras desses seringueiros teriam de também receber um benefício. No fim, os constituintes acharam que o assunto não merece estar na Constituição.

A anistia para as microempresas, que deverá ser votada terça-feira, está sendo negociada por outro grupo, com a participação direta dos Líderes do Governo na Câmara e no Senado. A estabilidade dos funcionários públicos, após cinco anos de serviço, deverá igualmente ser negociada. A Liderança do PMDB apresentou um pedido de destaque para votação em separado (DVS) deste artigo, mas aceita entendimentos em torno de uma proposta intermediária, como a estabilidade após 10 anos de serviço.

A criação do Estado do Triângulo não será negociada, devendo acirrar os ânimos da bancada de Minas Gerais na próxima semana. E a manutenção da Zona Franca de Manaus deverá mobilizar as bancadas no Norte.